



Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História

ISSN: 0104-236X

anos90@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Brasil

Pereira Elmir, Cláudio

O caso Benjamin Wilkomirski: a dupla invenção da memória

Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 15, núm. 28,  
diciembre, 2008, pp. 41-55

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574069166003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# O caso Benjamin Wilkomirski: a dupla invenção da memória

Cláudio Pereira Elmir\*

Resumo: O artigo trata do relato autobiográfico e de sua crítica como documento para a investigação histórica. Através da leitura da recepção do livro *Fragmentos*, de Benjamin Wilkomirski, cuja origem declarada é dar conhecimento das memórias de uma criança judia nos campos de concentração da Alemanha nazista, pretende-se discutir a legitimidade do uso de narrativas pessoais e o seu frágil e polêmico estatuto como fonte de pesquisa.

Palavras-chave: Relato Autobiográfico. Caso Benjamin Wilkomirski. Shoah. Fraude. Documento

If the literary text is denied the ability to represent reality, so also are all texts, and the distinction traditionally drawn between literature and “document” becomes meaningless, since both participate equally in the uncontrolled play and intertextuality of language itself. If we cannot reach “life” through literature, we cannot reach “the past” through document (Gabrielle Spiegel, 1990, p. 64).

Quero começar esta exposição com uma estória recente que fala de presenças antigas na história, mas atualizadas com mais frequência do que se imagina. Em 1995, Benjamin Wilkomirski publica na Alemanha, pela prestigiosa editora Suhrkamp, um livro

---

\* Doutor em História pela UFRGS. Professor do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. E-mail: elmir@ unisinos.br

de memórias intitulado *Fragmentos. Memórias de uma infância 1939-1948*, cuja versão brasileira foi publicada pela Companhia das Letras em 1998.

O livro de Wilkomirski trazia à tona, nas palavras de Márcio Seligmann-Silva, um dos mais destacados estudiosos do fenômeno da Shoah no Brasil dos dias de hoje – em resenha publicada no jornal *Folha de São Paulo* – “um dos exemplos máximos” da chamada “literatura de testemunho”, esta última, segundo ele, “uma das maiores contribuições que o século XX deixará para a rica história dos gêneros literários” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.110). O entusiasmo do resenhista com a obra recém-lançada se faz perceber, com toda a força que a palavra é capaz de ter, em sua última sentença, quando diz o seguinte: “Num certo sentido, também nós somos agora levados a escrever como o autor: ‘Eu vi! Eu vi!’” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.112).

Nesta declaração, quero ler o desejo de fazer notar a pungência do relato, traduzida pelo perfeito efeito mimético produzido em seu leitor. A representação (no presente) do horror da barbárie (vivida no passado) é capaz de duplicar as sensações pretéritas no leitor cerca de meio século depois da “vivência original”, se assim podemos dizer. O testemunho de Wilkomirski é, agora, desde a leitura de seu texto, também o testemunho de Seligmann-Silva e, por extensão, o de todos nós.

Não li o livro de Benjamin Wilkomirski, mas, em um ensaio recente de crítica à obra – e especialmente ao autor –, traduzido por René Gertz e publicado na *Revista Estudos Ibero-Americanos*, da PUCRS, temos a reprodução de um trecho do início da narrativa, no qual Wilkomirski narra suas lembranças do assassinato do pai, no gueto, quando aquele tinha três anos de idade. Diz o relato, publicado pela primeira vez em 1995:

Agentes uniformizados, vestindo botas, gritam com ele, o levam pela porta. Um grito de medo ecoa pela escadaria. ‘Atenção! Milícia leta!’[sic] Portas batem. O homem é levado

para baixo. Eu vou atrás; me grudo no corrimão e vou descendo. [...] Colocaram o homem na parede, ao lado da entrada. Aos gritos, os uniformizados embarcam num automóvel estacionado na rua, gesticulam, agitam os porretes e deformam seus rostos numa expressão de ódio. Gritam sempre a mesma coisa, que soa como 'Acabam [sic] com ele! Acabam [sic] com ele!' O automóvel se põe em movimento. Acelera em direção à parede, em direção a nós. O homem continua imóvel, encostado na parede, perto de mim. Estou sentado no chão, entre a porta e a parede, os olhos voltados para ele. Ele baixa os olhos para mim e abre um sorriso. Mas, de repente, seu rosto se desfigura, ele o vira para o lado, levanta a cabeça, abre a boca, como se quisesse soltar um grito. Lá de baixo, contra a claridade do céu só consigo enxergar ainda os contornos de seu queixo e o chapéu, que resvala para trás. Nenhum grito ecoa de sua boca, mas um jato preto sai de sua garganta, quando o automóvel o imprensou contra a parede (apud HEUER, 2006, p. 39).

43

Creio que a leitura (audição) dessa narração seja suficiente para compreendermos por que, por seu meio, temos acesso à visão da cena narrada. A “clareza fotográfica” (cf. HEUER, 2006, p. 39) que ela encerra diz, afinal, o motivo de os eventos se oferecerem (novamente, numa (im) possível replicação da experiência) a nós. É como se, repentinamente, a dissimetria cronológica se desfizesse, e se transmutasse numa prodigiosa sincronicidade. No limite, não estamos com Wilkomirski na ocasião do assassinato de seu pai, somos o próprio filho quando o trauma nele se instala.

Wolfgang Heuer e Márcio Seligmann-Silva, entre outros, contam-nos a trajetória de sucesso do livro de Wilkomirski, à qual o primeiro autor referiu-se em termos de “uma procura ansiosa por histórias desse tipo” (HEUER, 2006, p.42). Essa afirmação pode levar-nos à perigosa conclusão de que histórias são escritas, na forma como o são, tendo em vista uma suposta expectativa de recepção favorável a elas. Existe uma predisposição social para o consumo de produtos desta natureza.<sup>1</sup> A causalidade tosca fica um pouco

menos frágil – mas não completamente – quando lembramos que o livro foi lançado no âmbito das comemorações dos 50 anos da derrocada do nazismo e do fim da Segunda Guerra Mundial, com a vitória dos aliados. De certa maneira, é preciso considerar esta variável quando pensamos no “ambiente receptivo” encontrado por *Fragmentos*, elemento não destacado na análise feita por Heuer. Quem se desse ao trabalho, se ainda não houve quem o fez, de inventariar as produções realizadas, referentes a estas temáticas, provenientes dos mais diferentes lugares da cultura, apenas para o ano de 1995, poderia, eventualmente, confirmar esta minha intuição: a carga simbólica conferida à efeméride potencializou e multiplicou o efeito de recepção do relato. Creio que haja indícios suficientes para não excluir esta hipótese.

Wilkomirski, segundo seu relato, viveu, durante o nazismo, nos campos de Majdanek, Auschwitz e Birkenau. Passou a morar, posteriormente, em um abrigo para crianças na Suíça, e seu nome foi trocado, não se sabe por que circunstâncias, para Bruno Grosjean e, depois de adotado, para Bruno Dössekker. Estuda História e aprende a construir instrumentos musicais, trabalhando como músico. Já adulto, é incentivado a escrever sua história (cf. HEUER, 2006, p.40).

De maneira geral, o livro obteve uma recepção francamente favorável e elogiosa, tanto na imprensa quanto no meio acadêmico. Foi traduzido, pelo menos, para doze línguas, sendo publicado por editoras renomadas. O livro recebeu vários prêmios, em diferentes países. Com base nele, foram produzidos três filmes e uma peça de teatro. Além de ser requisitado para palestras nas principais universidades norte-americanas e européias, “Wilkomirski deu um longo depoimento sobre a sua história (seis fitas de vídeo) para o Holocaust Memorial Museum de Washington. Também Survivors of the Shoah Visual History Foundation, instituição financiada por Spielberg e que se encarrega de construir um fantástico arquivo de vídeos com entrevistas de sobreviventes da Shoah, entrevistou o nosso autor” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 113).<sup>2</sup> Com a ajuda de um psicoterapeuta judeu seu amigo, “(...) apresentou em diversos congressos

científicos um método terapêutico próprio. Através da combinação entre Psicoterapia e Ciência Histórica, esse método se propõe a despertar a memória da primeira infância, e com isso ajudar a todas aquelas pessoas que têm dúvidas sobre suas origens a esclarecer sua identidade” (HEUER, 2006, p. 41).

Foram poucas as manifestações de desconfiança em relação à veracidade do relato autobiográfico, à ocasião mesma de seu lançamento. Contudo, três anos passados desde a publicação original, quando recém saía a edição brasileira pela Companhia das Letras, veio à tona o desmascaramento do autor. Compreendeu-se, finalmente, por que “nunca um testemunho das atrocidades nazistas tinha atingido o detalhamento que essa obra contém” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.113). O “excesso de realidade” não era mais apenas, como muito se acreditou, um impeditivo para a verbalização (e exposição) de uma memória traumática.<sup>3</sup> Era, agora, fruto de uma imaginação solerte, cujo fim, ao que tudo indica, residia no deliberado interesse de produzir o engano alheio, quem sabe por uma espécie de “comunhão espúria” entre o autor e o leitor ou, mais exatamente, entre o texto e o leitor. Afinal, é de um texto escrito que estamos falando, e das reações de crença e suspeita que ele foi capaz de suscitar em diferentes momentos, num curto lapso de tempo.

Talvez as coisas pudessem se arranjar na constatação da falsificação do relato. Mas temos aprendido, ao longo dos anos, que os caminhos da fraude são um pouco mais sinuosos (sofisticados mesmo), e as resoluções, mais demoradas. O escritor judeu Daniel Ganzfried foi o responsável por, em muito pouco tempo, fazer uma investigação sobre a identidade do autor e concluir pela farsa, publicando este resultado em um jornal suíço em agosto de 1998 (cf. HEUER, 2006, p. 41). De fato, Wilkomirski era um personagem inventado por Bruno Dössekker. Se o editor da Suhrkamp se fez de morto e deixou esgotarem as edições – a de capa dura e a de bolso –, mais surpreendente é o relato, feito por Wolfgang Heuer, da reação do editor norte-americano do livro. Tal relato diz o seguinte:

Seu editor nos Estados Unidos, Arthur Samuelson, da Schocken Books, declarou que a diferença entre facts and fiction não interessava. Segundo ele, *Fragments* 'is a pretty cool book... It's only a fraud if you call it non-fiction. I would then reissue it, in the fiction category. Maybe it's not all true – then he's a better writer!' Não é o autor que falsifica, mas sim o leitor, quando afirma que no caso de *Fragments* se trata de um relato factual (HEUER, 2006, p. 42).

O problema agora, então, não é mais a autenticidade do testemunho, mas a classificação do texto. A ficha catalográfica é que está errada. O bibliotecário é que não soube fazer o correto enquadramento da obra. O leitor é um ingênuo, decodificando literalmente o que pedia outra chave de acesso. Jogou o jogo com regras impróprias e, agora, sente-se, injustamente, lesado. Isso mais está parecendo uma “conversa de doido”, para aqui lembrar uma frase da antológica personagem de Antônio Biá (José Dumont) no belo filme “Narradores de Javé” (CAFFÉ, 2003), o autodenominado “escriturário e alcoólatra” de sua comunidade, que se afigurava ter mais discernimento que seus (nem tão) sóbrios conterrâneos.

Vamos lembrar que, para além das intenções contidas em “fichas catalográficas”, existem as intenções dos leitores e aquelas que o autor expressa tanto no texto de seu relato, quanto em inúmeras circunstâncias fora do próprio livro. Nenhum historiador pode se eximir, na tarefa de escrutinar o texto (documento), da perseguição das múltiplas intertextualidades que ele é capaz de fazer acessar. O diálogo intertextual pode ser um eficaz mecanismo de romper com a ordem (aparentemente perfeita) vigente no interior do texto. É bastante conhecida a idéia de que a coerência interna é um critério frágil para o estabelecimento da evidência no trabalho do historiador. A reiteração do “mesmo” é apenas aquilo que ela pode ser, a saber, uma operação tautológica incapaz de fazer ver as fissuras do relato. Tratando-se aqui de um relato autobiográfico, a vontade de imprimir ordem no testemunho, pelo autor, pode prejudicar o

valor epistemológico de uma crítica, quando esta se afigura complacente com este propósito.

Se a moderna crítica historiográfica corretamente nos ensina a prestar atenção no texto – superando a simples enumeração de repertórios aparentemente assépticos e desprovidos de consistência teórica, que vigorou por um determinado tempo, e, de outro lado, transpondo a crítica ideológica dos documentos, que, a rigor, prescindia de conhecimento textual para a sua realização (v. GUIMARÃES, 2005) –, no caso específico de um relato autobiográfico, sucumbir à tentação de analisar a narrativa como se ela se encerrasse nela mesma pode se tornar, metodologicamente, um caminho seguro para o precipício. Neste sentido, alerta Jeremy Popkin: “O caso Wilkomirski nos chama a atenção que autobiografias, não importa quão persuasivas, não são auto-validáveis (POPKIN, 2002, p. 24). Márcio Seligmann-Silva, na “Contra-resenha” produzida para o mesmo jornal Folha de São Paulo, oito meses após a primeira – aqui já mencionada –, faz um mea-culpa de sua avaliação inicial. Diz ele: “(...) percebemos em que medida nós nos abrimos de modo sentimental, e não suficientemente racional, para essa literatura. De agora em diante, os estudiosos da Shoah serão mais cautelosos” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.114).

Essa necessidade de cautela é mencionada por Tony Kushner, ao reivindicar para os estudiosos, ao mesmo tempo, o exame da dinâmica interna do testemunho, capaz de revelar suas mitologias e contradições, que, para ele, são “a natureza real de qualquer história de vida” (KUSHNER, 2006, p. 283) e, por outro lado, “a necessidade essencial de contextualizar tais testemunhos no tempo e no espaço e não considerá-los como *sui generis*” (KUSHNER, 2006, p. 285).

No caso em particular que estamos aqui abordando, a condição de ser, para além de uma autobiografia – aliás, em termos, já que se restringe a narrar a trajetória de vida de uma criança, entre os três e os sete anos de idade –, um texto que se ajusta àquilo que se convencionou denominar de “literatura de testemunho” parece complicar um pouco mais as coisas. Daniel Levy e Natan Sznajder chamam



justamente a atenção para os riscos de se lidar com uma noção trans-histórica de “trauma” no estudo do Holocausto. Acredito que, ao se constituírem estes estudos, em campo nitidamente trans-disciplinar, o aparato teórico-conceitual com o qual os pesquisadores precisam operar em suas investigações torna-se necessariamente múltiplo e mais refinado. A este respeito, os autores afirmam: “A maioria dos historiadores e dos cientistas sociais não está treinada na linguagem psicanalítica a fim de analisar o trabalho com o trauma em termos pessoais. Reciprocamente, a maioria dos psicanalistas não está treinada para transferir sua terminologia do trauma para examinar a história e a sociedade” (LEVY e SZNAIDER, 2006, p. 7).<sup>4</sup>

Algumas dessas insuficiências se revelam no desdobramento que teve a descoberta da fraude construída por Wilkomirski/Dössekker. Alguns textos que tratam do caso comentam a possibilidade de o autor ser um “mentiroso patológico”. Dizem Levy e Sznajder: “(...) não é inteiramente implausível que Wilkomirski realmente acreditasse na sua própria fabricação” (LEVY e SZNAIDER, 2006, p. 4). Ora, qual o corolário possível desta hipótese, caso pudéssemos confirmá-la ou mesmo antes de testar a validade da afirmação? Que implicações ela acarreta na particular relação que o historiador, por exemplo, estabelece com este texto como fonte de pesquisa? Parece pacífico que esta alternativa não encontra sua resolução no campo da história. Ou seja, os historiadores não têm instrumentos, nem, sequer, competência técnica para solucionar esta questão. A prerrogativa da atribuição do rótulo de mitômano pertence, é bem sabido, a outro campo disciplinar, ao qual, em decorrência de nossa formação, temos o ingresso interditado, afinal, não podemos nos instituir em terapeutas de Dössekker.

A Wolfgang Heuer, parecem não interessar tanto essas ressalvas por mim levantadas, quando afirma: “Dössekker já apresentava ataques epiléticos na escola, e eles se manifestavam através de representações muito bem executadas” (HEUER, 2006, p. 45). Eu pergunto: o que um cientista político – como é o caso de Heuer – e um historiador podem fazer com esta “informação”? Outra notícia,

trazida também posteriormente à descoberta do caso, acerca da intimidade do autor com a história do Holocausto, permite o estabelecimento de mais algumas ilações. Ela diz o seguinte: “(...) ele estudou História em Genebra. A sua paixão pela história é comprovada também pelo enorme arquivo que ele organizou sobre o tema: o que deve ter servido de ajuda para a compilação da sua ‘outra’ vida, a fictícia, de um ‘sobrevivente’ de Auschwitz” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 115).

Estamos aqui na inusitada situação pela qual se coloca o “arquivo” a serviço da “invenção”, em um texto autobiográfico. Nesse caso, a um historiador muito interessaria perscrutar os escaninhos da casa de Dössekker, na sua biblioteca particular. E, ainda, mexer nas anotações dispostas sobre a sua mesa, ou guardadas nas suas gavetas, ou inscritas nos livros que repousam em suas estantes, ou registradas na “memória” de seu computador pessoal. A grande obsessão do historiador de se encontrar com o “acontecido” se realizaria, paradoxalmente, na descoberta das “fontes” que informam a mentira habilmente engendrada. Quem sabe com essa operação nos fosse dado a saber uma série de marcas de erudição que ninguém gostaria de encontrar em uma narrativa pessoal. Será que o lugar de origem da “lembrança” são os livros e os documentos da barbárie coletiva, da qual o menino Bruno Dössekker esteve convenientemente preservado? O “gesto de selecionar” (DE CERTEAU, 1976, p.30) que instaura o trabalho do historiador talvez pudesse ser divisado – de maneira deslocada – nesta busca imaginária à casa do autor.

Críticos de fontes escritas costumam chamar a atenção, em suas prescrições metodológicas, para a precaução que devemos tomar quando alguém “(...) descobre uma fonte inesperadamente e em circunstâncias obscuras, e também se só se conhece uma cópia e o original não foi visto nunca por ninguém” (TOPOLSKI, 1992, p.149). Há ainda que se considerar os casos em que sequer as cópias são de domínio público.

No caso em específico do livro *Fragments* não é exatamente esse o problema. Os Arquivos são lugares (instituições) que, em parte e preliminarmente, sancionam os documentos mantidos sob sua guarda. Mas aqui, no relato autobiográfico, uma visão singela diria que o documento, o “fundo” e o “Arquivo” residem, todos, no pensamento e, depois, na palavra do autor. É bem possível que as coisas sejam mais complexas que o arranjo ligeiro que eu fiz destes termos. E o caso Benjamin Wilkomirski está aí para nos dizer isso.

Verena Alberti, em um instigante artigo publicado na revista *Estudos Históricos* em 1991, no qual discute “a questão do sujeito na narrativa”, especialmente no caso da construção autobiográfica, desenvolve, demoradamente, o labirinto conceitual que circunda esta questão e que, evidentemente, não temos como recuperar satisfatoriamente nesta apresentação. Ela lembra o conceito de “pacto autobiográfico” (LEJEUNE, 1975), pelo qual “(...) a identidade entre autor, narrador e personagem é condição *sine qua non* de uma autobiografia” (ALBERTI, 1991). Eu diria que o pacto, no caso da obra aqui analisada, foi rompido quando o personagem fictício da trama, ele próprio, assinou a obra. Após a descoberta da fraude, Dössekker, em uma entrevista para um jornal, providencialmente, negou esta identidade, ao dizer: “Os leitores sempre estiveram livres para aceitar meu livro como literatura ou como documento pessoal” (apud SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 116). Neste momento, o pacto pressuposto se desfaz e o autor sinaliza para a cômoda opção de reivindicar os benefícios do “pacto romanescos”. Neste caso, o fingimento estaria legitimado e, com isso, desfazem-se, também, quaisquer embaraços éticos.

Ora, o que significa, a partir deste momento, pensar em *Fragments* como obra de ficção, e não mais como trabalho de memória, no sentido que este pode assumir em um texto autobiográfico? Tomar como ponto de partida da leitura a inclusão do livro no âmbito da ficção o torna “imediatamente má literatura de ficção” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 116). Ao mesmo tempo, como

combinar esse juízo com uma outra avaliação feita, pelo mesmo autor e no mesmo texto, e que diz o seguinte: “Se a sua obra continua a ter ou não um valor estético, mesmo após a descoberta da farsa, é outra questão que cada um deve decidir individualmente” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 116)?

Em uma perspectiva de análise distinta, quanto à avaliação da qualidade da narrativa, Valeria de Marco menciona a oscilação valorativa da obra, feita pelos críticos, consoante a circunstância. Ao fazer a defesa da manutenção de uma distinção entre as dimensões ética e estética do texto, ela diz:

Em um primeiro momento, ela foi considerada como texto de excelente qualidade e, quando se comprovou que seu autor jamais havia estado em um campo de concentração, passou a ser péssima, pois era produto de uma “mentira”. A fraude da identidade do autor é uma questão grave que pode ser julgada em muitas instâncias sociais, mas ela não pode ser determinante para a análise e interpretação do texto (DE MARCO, 2004, p. 60).

Para alimentar a controvérsia, há quem diga que o livro de Wilkomirski “(...) pode ser um bom romance. Ele pode ser lido separadamente de uma consideração acerca da pessoa que o escreveu. Fragmentos é de fato melhor do que muitos outros romances sobre o Holocausto” (GERAS, 2002, p. 122). Prejudica-se, segundo estas duas últimas leituras, a discussão sobre a existência de um problema ético envolvendo a obra e o autor, o que não compromete o valor estético da obra, posição da qual Seligmann-Silva parece discordar. O que fazer, neste caso, com “(...) a fronteira convencional, institucional, entre um trabalho oferecido como autobiografia [memoir] e um trabalho oferecido como romance [novel]?” (SULEIMAN, 2000, p. 545-6). Tal fronteira, de fato, existe e Susan Suleiman entende que o problema com este livro é que ele não reconhece, não admite a sua própria ficcionalidade desde o seu surgimento. Devemos considerar que sua admissão se dá tardiamente, em um contexto

de denúncia da obra, funcionando a mesma como uma espécie de salvo-conduto erigido pelo autor e por alguns de seus editores. A mesma autora se pergunta: “Onde a literatura termina (ou começa) e a psicopatologia começa (ou termina)? (...) A quem a memória do Holocausto pertence?” (SULEIMAN, 2000, p. 554). Essa também é uma questão polêmica e irresoluta, como veremos a seguir.

Leila Danziger, ao trabalhar com a arte contemporânea, tematicamente focada no Holocausto, lembra o Caso Benjamin Wilkomirski e acrescenta, nesta nossa discussão, mais um elemento que aponta a dificuldade de se produzir uma avaliação judiciosa para este imbróglio. Segundo uma investigação feita por Stephan Mächler, por ela mencionada, a mudança de identidade estaria associada a uma necessidade de se ver aceito pela comunidade, o que seria muito mais fácil de acontecer reivindicando um repertório de sofrimento de amplo conhecimento social:

Wilkomirski/Grosjean transporta – literalmente – suas memórias autênticas do sofrimento vivido quando criança na Suíça para a topografia dos campos e da errância do pós-guerra. Com Wilkomirski vem à tona, de modo grotesco, o fato de que a memória individual se alimenta da memória coletiva (DANZIGER, 2003, p. 73).

As chances de uma aprovação sem reservas, no caso dessa narrativa, são maiores do que numa história de uma criança infeliz, ilegítima, proletária e adotiva (MÄCHLER apud DANZIGER, 2003, p. 73).

Não sei ao certo o que fundamenta este tipo de conclusão. Mas, novamente, ela se parece com uma justificativa moral para a imposição de Grosjean/Dössekker. Estamos diante de uma “disposição para iludir e auto-iludir-se?” Coloca-se aqui um certo “fascínio pelo trauma?”, “uma inclinação para a autovitimização?” (HEUER, 2006, p. 44). Danzig e Heuer lembram que um dos fenômenos associados à memória do Holocausto é “essa luta pela auto-inclusão entre as

vítimas [que] também atinge a ‘segunda geração’ dos sobreviventes” (HEUER, 2006, p. 44). O que significa esta “herança compartilhada” (v. DANZIGER, 2003, p.72)? O que pode haver de próprio na contração da dor alheia? Como lidar epistemologicamente, no campo disciplinar da história, com esse fenômeno?

Para finalizar esta estória, creio que faz parte da responsabilidade política – para além das questões da natureza da fonte, aqui muito tenuemente abordadas – dimensionar o impacto social que o embuste erigido por Dössekker acarreta em termos do reforço a posições neonazistas (“revisionistas”) na atualidade, especialmente na Europa (NESTROVSKI, 2000, p. 201). Afinal de contas, não vamos nos iludir. Os historiadores não são os leitores-modelo dessa pseudo-memória. Se memórias autobiográficas são fontes de pesquisa extremamente frágeis em si mesmas, tentar sair, momentaneamente, do “bosque” (narrativa) para ver o que lá fora há, pode ser um antídoto relativamente seguro para não ser tragado pelo lobo mau. Se, como diz o adágio popular, “o papel aceita tudo”, impõe-se ao trabalho historiográfico responder a esta potencial “disenteria” de tinta – para, de novo, recordar Antônio Biá –, com a melhor tradição crítica que estiver ao nosso dispor. Sem esquecer, contudo, a lição básica de que “nós não podemos ver o testemunho como uma janela para o passado”, ao mesmo tempo em que nunca é demais lembrar: “no coração de qualquer memória está o esquecimento” (BERNARD-DONALS, 2001, p. 1302 e 1313).

The Benjamin Wilkomirski case: the double invention of memory

Abstract: This article deals with the autobiographical report and its criticism as a document for historical investigation. Through the reading of the reception of *Fragments*, by Benjamin Wilkomirski, whose alleged origin is to tell the memories of a Jewish child in Nazi Germany concentration camps, we intend to discuss the legitimacy of the use of personal narratives and their fragile and polemic status as a research source.

Keywords: Autobiographical report. Benjamin Wilkomirski case. Shoah. Fraud. Document

35

## Notas

<sup>1</sup> Talvez seja exagero dizer que “Wilkomirski foi, sem dúvida, tão bem sucedido por causa da relação simbiótica que estabeleceu com seu público. Ele se entregara de forma total ao papel que se auto-atribuíra, e, da mesma forma, o público estava disposto a entregar-se de forma total ao seu mundo e à sua realidade” (HEUER, 2006, p. 47).

<sup>2</sup> “Sua entrevista, concedida à Fundação Survivors of the Shoah, em 20/ 03/ 1997, a que tive oportunidade de assistir, é uma encenação de péssima categoria, marcada por uma exagerada retórica de convencimento, bem diferente de seu livro extremamente sutil” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 116).

<sup>3</sup> Um dos paradoxos levantados nas reflexões sobre este fenômeno diz o seguinte: “Como narrar o horror dos campos de concentração, se os que o viveram inteiramente não sobreviveram para contar? Os que sobreviveram enfrentam o dilaceramento entre a culpa por ter sobrevivido e o imperativo ético da necessidade de narrar sem trair a verdade” (DE MARCO, 2004, p. 55). Ver, a este respeito, a título de exemplo, alguns dos depoimentos que constam no vídeo “Sobreviventes do Holocausto”, produzido por Steven Spielberg (EUA; 1995).

<sup>4</sup> A conclusão do artigo revela, com nitidez, a concepção de história que está informando sua análise, a saber: “The Holocaust and other man made catastrophes were real and it is this reality which defines political responsibility in our age. This is true for social theorists as well. If we think trauma to be a useful concept, we should always keep the human and historical dimension in mind while keeping its structural elements at bay. If not we might as well do without it” (LEVY e SZNAIDER, 2006, p. 8).

## Referências

ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 7, p. 66-81, 1991.

BERNARD-DONALS, Michael. Beyond the question of authenticity: witness and testimony in the Fragments controversy. *PMLA* (Modern Language Association), v. 116, n. 5, p. 1302-1315, 2001.

CAFFÉ, Eliane [vídeo]. Os narradores de Javé. BR; 2003 (100’).

DANZIGER, Leila. Tarefa infinita: percursos entre história, memória e esquecimento. *Ipotesi*, v. 7, n. 2, p. 61-77, julho-dezembro 2003.

DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Org). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 17-48.

Cláudio Pereira Elmir

- DE MARCO, Valeria. Literatura de testemunho e violência de Estado. *Lua Nova*, n. 62, p. 45-68, 2004.
- GERAS, Norman. The true Wilkomirski. *Res Publica* n. 8, p. 111-122, 2002.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Agora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan./jun. 2005.
- HEUER, Wolfgang. A síndrome de Wilkomirski: história falsificada. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, Edição Especial, n. 2, p. 35-47, 2006.
- KUSHNER, Tony. Holocaust testimony, ethics and the problem of representation. *Poetics Today* v. 27, n. 2), p. 275-295, (summer 2006).
- LEVY, Daniel e SZNAIDER, Natan. The politics of commemoration: the holocaust, memory and trauma. In: DELANTY, G (Ed). *Handbook of the Contemporary European Social Theory*. New York, Routledge, 2006, p. 289-297.
- NESTROVSKI, Arthur. Vozes de crianças. In: NESTROVSKI, Arthur e SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 185-205.
- POPKIN, Jeremy D. First-Person narrative and the memory of the holocaust. *Ideas*, v. 9, n. 1, p. 16-25, 2002.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. In: *O local da diferença. Ensaaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: 34, 2005, p. 105-118.
- SPIEGEL, Gabrielle. History, historicism, and the social logic of the text in the Middle Ages. *Speculum*, v. 65, n.1, p. 59-86, jan. 1990.
- SPIELBERG, Steven [vídeo]. *Sobreviventes do Holocausto*. EUA; 1995 (70').
- SULEIMAN, Susan Rubin. Problems of memory and factuality in recent holocaust memoirs: Wilkomirski/Wiesel. *Poetics Today*, v. 21, n.3, p. 543-559, 2000.
- TOPOLSKI, Jérzy. La autenticidad de las fuentes y la fiabilidad de los informantes. In: *Metodología de la historia*. 3. ed. Madrid: Cátedra, 1992, p. 333-349.

Recebido em 05/12/2008

Aprovado em 23/12/2008